

SESSENTA ANOS DE SOCIOLOGIA DA FAMÍLIA EM ÉVORA. UM CONVITE RENOVADO

Maria da Graça David de Morais*
Rosalina Pisco Costa**

“...apesar de seu grave título, o sociólogo é o homem que tem de ouvir mexericos, menos a contra-gosto, o homem que sente tentação de olhar através de buracos de fechadura, ler correspondência alheia, abrir armários fechados.”

Peter Berger (1963), *Perspectivas Sociológicas*.

Évora, 1964. Um convite à Sociologia

De 1964 a 2024, uma sociologia especialmente dedicada a estudar a família tem feito parte dos planos curriculares da Licenciatura em Sociologia oferecida em Évora. No plano inaugural do curso criado em Évora em 1964¹ constava uma “Sociologia Familiar” (Silva, 2013, p. XV), e da estrutura curricular do actual ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado em Sociologia, em vigor na Universidade de Évora à data que escrevemos este texto², faz parte como disciplina obrigatória no segundo ano a unidade curricular “Sociologia da Família”. Separadas por um hiato temporal de sessenta anos, a que não é indiferente, no contexto português, um conjunto importante de mudanças sociais e políticas, as quais, aliás, a

1. Cf. *Possibilidades Educativas em Portugal (Organização Escolar Portuguesa)*, publicado em 1966 pelo Ministério da Educação Nacional através da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, p. 146.

2. Aviso n.º 13714/2019, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 168 de 3 de Setembro.

* Professora Aposentada do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora & Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS). E-mail: mgraca@uevora.pt

** Professora Associada do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora & Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, pólo de Évora (CICS.NOVA.UÉvora). E-mail: rosalina@uevora.pt

alimentam e desafiam, a relevância e especificidade de uma disciplina científica dedicada a estudar a família e as famílias em perspectiva sociológica constitui o mote para a escrita deste texto³.

De lá para cá, a percorrer o longo caminho que vai de 1964 a 2024, tomamos de empréstimo a expressão de Peter Berger para renovar o convite à adopção de uma perspectiva sociológica sobre a família. Às vésperas da criação do primeiro curso de Sociologia em Portugal, Peter Berger lançava um convite ao “mundo intelectual” que considerava “profundamente interessante e importante” (Berger, 1963, p. vii)⁴. A obra, publicada originalmente em 1963, constituía um convite explícito à Sociologia como ciência⁵ e nas páginas que se seguem ao prefácio, o autor procura manter-se fiel à tradição que remonta aos clássicos, apresentando-a não como uma acção, mas sim uma “tentativa de compreensão” (*Idem*, p. 4). Berger rejeita diversas imagens populares do sociólogo, contrapondo-as a

[...] uma pessoa intensa, interminável, desavergonhadamente interessada nos atos dos homens. [...] E porque ele se interessa pelos homens, nada do que os homens fazem pode ser completamente entediante. Ele interessar-se-á

3. Maria da Graça David de Moraes integrou o Departamento de Sociologia da Universidade de Évora em 1977 e aposentou-se em 2007. Leccionou diversas disciplinas na área da “Demografia” e, de forma pontual, “Sociologia Geral” e “Elementos de Sociologia”. Em Março de 2000, contratada como Assistente Estagiária, Rosalina Pisco Costa iniciou a actividade docente na Universidade de Évora, entre outras, com a leccionação da disciplina “Sociologia da Família” e a co-docência com Maria da Graça David de Moraes da disciplina “Demografia II”. A escrita conjunta deste texto resulta de uma vontade antiga, por vicissitudes várias até agora adiada, de fazer reverter para a forma de texto científico o resultado, embora exploratório e necessariamente incompleto, da profícua colaboração intelectual e persistente influência académica que deixou nas autoras. Em particular, e como procuraremos argumentar adiante, tal colaboração seria determinante para consolidar a convicção de que “a família”, enquanto objecto de estudo, não pertence exclusivamente à Sociologia, à História ou à Demografia, podendo ser interrogada, de modo mutuamente não exclusivo, mas cumulativo, a partir de várias lentes disciplinares, e inclusivamente não científicas. Justamente na primeira lição conhecida de Sociologia da Família, Durkheim afirmava que a lei, os costumes que nos são dados a conhecer através da etnografia e da história e, finalmente, a demografia da família, constituíam a “tríplice fonte” (Durkheim, 1888, p. 271) de onde os sociólogos da família haveriam de retirar o material para as suas inferências. Julgamos que uma escrita a quatro mãos entre uma demógrafa com ligação à Demografia Histórica e à Sociologia (Moraes, 2002) e uma socióloga com ligação à Sociologia da Fecundidade e à Demografia (Costa, 2003) não poderia ser mais reveladora a este respeito.

4. As citações de obras em língua estrangeira foram traduzidas pelas Autoras.

5. Título original da obra, em língua inglesa, *Invitation to Sociology*, publicada pela Anchor Books, New York, 1963.

naturalmente pelos acontecimentos que envolvem as crenças últimas dos homens, os seus momentos de tragédia, grandeza e êxtase. Mas também ficará fascinado com o comum, o quotidiano. (*Idem*, p. 18).

Do conjunto de temas que podem constituir atracção para o sociólogo está, então, a “família”, uma das “100 palavras da Sociologia” (Paugam, 2010). Uma Sociologia da Família, tal qual se apresenta enquanto disciplina científica, procura a um mesmo tempo dar conta deste fascínio pelos “pequenos e grandes dias” (Costa, 2011) para que remete Berger (1963). Contrariamente, porém, ao que acontece em outras áreas disciplinares, algumas das quais se socorrem da matematização ou de outras formas de abstracção para a compreensão de fenómenos igualmente complexos, todas as pessoas têm uma qualquer experiência em torno da família, experiência essa que lhes confere uma forma de conhecimento e, conseqüentemente, uma disposição para opinar a respeito. Esta familiaridade com o tema não vem necessariamente da leitura de bibliografia afim, tão-pouco, hoje, da consulta das muitas fontes de informação a que facilmente se chega na *internet* a partir de um simples motor de busca ou de uma sofisticada tecnologia de inteligência artificial. Nem significa necessariamente uma maior facilidade ou simplicidade em abordá-lo de um ponto de vista científico, pelo contrário. Justamente, como refere Newman e Grauerholz (2002), uma das dificuldades para quem se propõe estudar Sociologia da Família é que uma primeira aula ou um primeiro texto de leitura nunca é a introdução ao tema.

No caso particular dos estudantes que chegam à universidade, a familiaridade com “a família” enquanto objecto de estudo não constitui excepção. Os estudantes trazem consigo um conjunto de experiências vividas na primeira pessoa, mas também informações várias a partir de experiências mais ou menos distantes de si, assunções, valores e expectativas sobre a vida familiar. Alguns poderão ter assistido à morte, separação e, quem sabe, reunião ou recasamento dos seus pais. Outros terão eventualmente crescido sem um ou até sem ambos os pais, por exemplo numa instituição ou família de acolhimento. Alguns serão filhos únicos; outros terão irmãos, primos e uma rede familiar mais ou menos densa constituída por avós e tios. Alguns outros terão saído de casa dos pais e formado as suas próprias famílias e, porventura, serão já eles próprios pais e mães. Toda esta experiência faz com que ao iniciar uma

disciplina como “Sociologia da Família”, a maior parte dos estudantes tenha convicções muito fortes sobre o que é uma família, como funciona ou como não deve funcionar. À semelhança da literatura científica, a docência atesta que tal experiência, embora inevitável, pode constituir um obstáculo importante para o estudo sociológico da família. Se é certo que, enquanto docentes, pretendemos que os estudantes possam reconhecer a Sociologia nas experiências vividas; tais experiências não devem se sobrepor à Sociologia, fazer de cada indivíduo um especialista “natural” e “intuitivo” no assunto ou de cada experiência pessoal um caso digno de estudo.

Ontem como hoje, o que pode, então, a Sociologia da Família oferecer a estudantes que estes não saibam já? A Sociologia da Família propõe uma compreensão sociologicamente ancorada sobre a família, as suas dinâmicas, representações, continuidades e mudanças e, até, sobre o (expectável) futuro da família. A Sociologia da Família fornece as ferramentas intelectuais que permitem romper com o senso comum, ir além da familiaridade e do envolvimento pessoal com o objecto de estudo (Bernardes, 2000) e identificar as regularidades sociais que possibilitam uma compreensão ampla e texturada do que, apenas aparentemente, parecem ser decisões meramente individuais e experiências pessoais. Justamente, o mesmo desafio que Jean-Claude Kaufmann enfrenta quando se apresenta como sociólogo da família: “Sou sociólogo. Especializado no estudo da família. Tento desvendar os segredos deste domínio íntimo que acreditamos conhecer profundamente, porque nele vivemos diariamente.” (Kaufmann, 1989, p. 7).

Mas, “o que é, afinal, a família?”. Esta pergunta tem acompanhado a investigação sociológica sobre a família, ao mesmo tempo que tem orientado a organização de obras de cariz pedagógico⁶ e, conseqüentemente, os conteúdos programáticos de disciplinas afins e as primeiras aulas

6. Os exemplos são inúmeros. No contexto anglo-saxónico, “What is a Family?” constitui o título do primeiro capítulo da obra “Sociology of Families (Newman & Grauerholz, 2002). Em obra mais recente, datada de 2024, Hoy e Boyd (2024) iniciam a primeira unidade temática justamente por afirmar que “Talvez a pergunta mais importante ou fundamental a fazer seja: o que é uma família?” (Hoy & Boyd, 2024, p. 1). Em contexto francófono, Marie-Thérèse Lacourse em *Famille et société*, questiona “Qu’appelle-t-on au juste «la famille»?” (Lacourse, 2010, p. 6) e o mesmo desiderato ocupa François de Singly que introduz a *Sociologia da Família Contemporânea* em torno de “A família sem definição?”, colocando a questão assim: “Ao abrir um livro de síntese sobre a família, espera o leitor ou a leitora encontrar, pelo menos, uma resposta clara à pergunta «O que é uma família?».” (de Singly, 2011, p. 7).

de uma sociologia especializada dedicada a esta temática⁷. Não sendo a questão “o que é uma família?” exclusivamente sociológica, podendo ser colocada a partir de várias lentes disciplinares, e inclusivamente não científicas, como da religião, da política e até mesmo da experiência de senso-comum; a resposta que buscamos oferecer neste texto é uma resposta alicerçada na perspectiva sociológica. Inspiramo-nos para isso nas palavras de Adérito de Sedas Nunes, para quem não é “por se ocuparem de diferentes «fenómenos» ou «realidades» que as diversas Ciências Sociais «nomotéticas» se distinguem umas das outras. De facto, todas se ocupam da mesma «realidade»: a «realidade» social.” (Sedas Nunes, 1970, p. 207). De facto, a distinção entre as várias ciências sociais provém das próprias ciências sociais, “e não pode ter outro significado que não seja o de cada uma dessas disciplinas encarar, abordar, analisar de uma forma diferente aquela mesma «realidade», [...] os mesmos «fenómenos» sociais, os mesmos grupos, as mesmas sociedades.” (*Idem*, 1970, p. 208).

Qual é, então, essa óptica de análise “diferente” da Sociologia da Família que se oferece hoje? Em *Family Theories*, Katherine R. Allen e Angela C. Henderson (2017) referem o desenvolvimento, a diversidade, a sistémica e a dinâmica como as principais assunções que atravessam as diversas teorias explicativas sobre o que é a família, o seu funcionamento interno, mas também a relação que estabelece com estruturas sociais mais amplas que afectam e são afectadas pela dinâmica familiar. Neste texto procuramos ir mais além nessa análise. Tomando como ponto de partida um conjunto de três obras elaboradas com fins pedagógicos, retomamos e expandimos cumulativamente essas assunções com o propósito de apoiar quem se deixo tentar pelo convite a compreender sociologicamente a família. Primeiro, recorreremos à Lição de Durkheim *Introduction à la sociologie de la famille* (1888), pelo contributo absolutamente central que ocupa na institucionalização de uma Sociologia da Família ainda em finais do século XIX. Num segundo momento apoiamo-nos em *The Family*, obra publicada em 1964 por William J. Goode, para sistematizar as ideias que, na esteira de Durkheim, permitiram a consolidação da Sociologia da

7. Na Universidade de Évora, “O que é, afinal, a família?” é também a questão introdutória que orienta as primeiras aulas da unidade curricular “Sociologia da Família”, leccionada pela segunda autora aos cursos de licenciatura em Sociologia e Ciências da Educação e também da unidade curricular “Sociologia e Antropologia da Família” que integra o plano de estudos do Curso de Mestrado em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica oferecido pela Escola Superior de Enfermagem S. João de Deus.

Família ao longo de todo o século XX. Por fim, socorremo-nos de *Families*, obra datada de 2024, e inspiração para enunciar um último conjunto de premissas tornadas visíveis a partir da investigação e teorização sociológica recente sobre a família que Vanessa May insinualmente apresenta.

Escrito propositadamente no contexto mais amplo da celebração dos sessenta anos de ensino superior de Sociologia em Évora, este texto baseia-se em obras de cariz pedagógico e tem, também ele, um carácter eminentemente pedagógico. Para além da lição seminal de Durkheim, seleccionamos os dois livros já referidos pela sobreposição temporal com os marcos que nos interessa aqui retratar (1964 e 2024), mas, principalmente, porque nos parecem paradigmáticos para as assunções que queremos sublinhar. Não é nosso propósito fazer um resumo destes livros, tão-pouco elevá-los ao lugar de referências únicas de leitura obrigatória. Assim também não é nosso intuito substituir um livro pelo outro ou fazer valer as assunções que se tornam especialmente visíveis na obra mais recente num plano de superioridade relativamente a outras; são cumulativas. O objectivo, em suma, é tão somente o de reunir e explanar o conjunto de assunções que, a montante, são importantes para a compreensão da especificidade da abordagem sociológica sobre a família, hoje, seja para quem pretende leccionar ou investigar, seja para quem tenciona intervir junto e com as famílias.

Bordéus, 1888. Introdução à Sociologia da Família

Muito embora possamos dizer que a partir de finais do século XVIII começam a esboçar-se “as primícias de uma Sociologia da Família” (Segalen, 1999, p. 21), é o fundador da escola sociológica francesa, Émile Durkheim (1858-1917), o também fundador da Sociologia da Família. É na Universidade de Bordéus que no ano académico 1888/89 ministra o curso intitulado “Introdução à Sociologia da Família” e a ele devemos o reconhecimento da família como instituição social. Distingue-se dos percursores porque imprime ao estudo da família as exigências do método científico, na senda aliás do que haveria de fazer para o estudo dos factos sociais em geral em *As Regras do Método Sociológico* (1895).

Não obstante ter estudado principalmente as formas antigas ou não europeias da família, Durkheim procurou distanciar-se da história para

sublinhar o interesse sociológico sobre a família contemporânea, esse grupo familiar “que existe presentemente, sob os nossos olhos e no seio do qual vivemos.” (Durkheim, 1888, p. 259). É esse “que nos interessa acima de todos e que importa sobretudo conhecer e compreender” (*Ibidem*), afirmou.

Apesar da distância temporal, partilhamos do entusiasmo de Anália Torres na revisitação que aqui fazemos à obra de Durkheim (Torres, 2001, 2010). Para esta autora, a leitura dos escritos sobre a família, particularmente as aulas que Durkheim proferiu na Universidade de Bordéus e os demais ensaios em torno da família, das formas elementares do casamento, do direito e usos matrimoniais e a condição das mulheres, “constitui exercício estimulante” (Torres, 2001, p. 10). Em resultado dessa leitura, “admira-se a extrema modernidade e até a profunda actualidade de algumas das suas posições, estranha-se o arrojo de outras, franze-se o sobrolho àquelas que parecem totalmente anacrónicas nos finais do século XX.” (*Ibidem*). Passado já quase um quarto de século sobre a apreciação de Anália Torres e mais de um século sobre o curso de Sociologia da Família na Universidade de Bordéus, vale a pena, ainda assim, sublinhar o contributo indelével que Durkheim trouxe para a fundação e consolidação da Sociologia da Família enquanto campo disciplinar autónomo.

A família é uma instituição social

Na lição “Introdução à Sociologia da Família”, Durkheim afirma de forma inequívoca a família como uma instituição social. Este reconhecimento significa que a família não é uma instituição natural; antes determinada por factos sociais, constituída por pessoas e bens. Neste domínio, Durkheim destaca os cônjuges e filhos, mas também todo o grupo geral de consanguíneos e parentes em todos os graus. Finalmente, refere o Estado que, “em casos determinados, se mistura à vida doméstica e a cada dia se torna um factor mais importante.” (Durkheim, 1888, p. 260). A família apresenta-se, assim, como “aparentemente tão simples”, quando na verdade “se desdobra[a] em uma multitudine de elementos e relações estreitamente entrelaçadas” (*Idem*, p. 265).

O reconhecimento da família como instituição familiar significa também que as interacções entre os vários elementos que a compõem são sociais, isto é, resultam da pertença a uma determinada sociedade e

influem essa mesma sociedade. Abreviadamente, uma instituição social é um conjunto de padrões de comportamento, regidos por normas sociais e adoptados por indivíduos que desempenham determinados papéis sociais numa sociedade (Berger & Luckmann, 1999). Estes comportamentos consistem em padrões sociais de interacção, definidos e reconhecíveis, os quais constituem regularidades que ultrapassam os comportamentos meramente individuais. As normas são as expectativas sociais que guiam os comportamentos, sendo que o seu (não) cumprimento pode implicar sanções formais ou informais, as quais são variáveis no tempo e no espaço. As expectativas não surgem no vazio, são determinadas pelos papéis sociais que os indivíduos desempenham nos grupos a que pertencem. No grupo familiar falamos de papéis como o de mãe, pai, filho, filha, irmão, irmã, cônjuge, sogro, avô, tio, sobrinho, primo, etc. Um mesmo indivíduo desempenha muitos papéis, simultânea ou consecutivamente ao longo das suas vidas. Cada um destes papéis tem guiões ou regras específicas adstritas que regem as interacções e os comportamentos sociais. Tal como os papéis, as expectativas também diferem e não são estáticas; mudam ao longo do tempo e também em diferentes contextos, incluindo os grupos em que são accionadas. Todavia, uma vez enraizadas, são também resistentes à mudança, no que contam com o poder da socialização para a reprodução de papéis. Ao estudar a família, os sociólogos esforçam-se por identificar os padrões de comportamento, as normas e os papéis sociais, tornando-os explícitos no quadro mais amplo dos contextos socioculturais em que estão inseridos, designadamente, o histórico, económico, político, demográfico ou jurídico-legal.

Em todas as sociedades conhecidas encontramos esse conjunto de padrões de comportamento, regidos por normas sociais e adoptados por indivíduos que desempenham determinados papéis sociais no domínio da família, assim como também da educação, da religião, da política, da economia ou do lazer. As instituições sociais são universais e, muito embora as suas formas específicas possam variar, assim como também as funções que desempenham, todas as sociedades humanas têm algum tipo de instituição social (Berger & Luckmann, 1999). Para além da universalidade, as outras características das instituições sociais são a normatividade, a permanência e a sistematização. As instituições sociais estabelecem normas e regras que orientam de forma prescritiva o comportamento dos membros da sociedade. Embora não imutáveis, tendem

a ser duradouras e resistir ao tempo, e constituem sistemas organizados com funções e papéis definidos. As instituições sociais desempenham funções várias ao nível da socialização, do controle social, da integração social, de produção e distribuição de recursos e serviços, de apoio e cuidado. Em suma, as instituições sociais são essenciais para a organização e funcionamento da sociedade, moldando o comportamento dos indivíduos e garantindo a estabilidade e continuidade social.

Na introdução que faz a *Sociologie de la Famille*, Jean-Hugues Déchaux (2007) nota como somos tentados a ver a família como natural e intangível, quando é exactamente o inverso que sucede. Em todas as sociedades conhecidas a maior parte dos indivíduos vivem as suas vidas num emaranhado de relações de direitos e obrigações a que chamamos família. A instituição familiar representa o conjunto de normas culturais, construídas, partilhadas e transmitidas que estabelecem o modelo de relações entre os membros do grupo familiar. Estas normas aplicam-se de forma diferenciada à própria definição e formação da família, à escolha da residência, à troca de bens e serviços entre os parceiros e as famílias, e entre esta e os outros grupos sociais, à socialização das crianças, à regulação dos papéis de género, ou aos cuidados a crianças, idosos e outras pessoas em situação de dependência ou vulnerabilidade.

As pessoas tornam-se conscientes da família enquanto instituição social, do conjunto de padrões de comportamento, normas e papéis sociais que a compõem através do processo de socialização, o qual ocorre principalmente durante a infância. Enquanto instituição social, a família é também reconhecida pelo sistema social mais amplo, o que lhe confere determinados direitos e responsabilidades, tanto ao nível jurídico-legal, quanto ao nível dos costumes e tradição. Berger e Luckmann (1999) sublinham que as instituições fornecem as normas de conduta que fazem os comportamentos e constroem os indivíduos a seguir os caminhos traçados pela sociedade, desempenhando, assim, um papel crucial na estruturação da sociedade e na manutenção da ordem social.

À distância, a apreciação crítica sobre as premissas formuladas em 1888 por Durkheim permite concluir sobre a importância de algumas delas, designadamente a ideia da valorização do papel do indivíduo, dos seus interesses e sentimentos em relação ao colectivo da família e também o papel específico do Estado no contexto dessa nova forma de organização familiar que considera dominante (Torres, 2001). Outras,

fruto de um tempo a que não pode escapar, estão definitivamente ultrapassadas, impregnadas do evolucionismo característico de finais do século XIX. De todas estas, porventura a mais notória tem que ver com o facto de Durkheim ver na família contemporânea (de então), o produto de formas antigas, das quais resulta enquanto contracção. A tese da contracção da família, expressa no epítome “A família moderna contém em si, como que resumido, todo o desenvolvimento histórico da família” (Durkheim, 1888, p. 263), viria a ser desenvolvida em *La Famille Conjugale*, obra redigida em 1892 e publicada em 1921 com anotações de Marcel Mauss. De acordo com esta tese, em termos históricos, a família passou de um “clã exogâmico amorfo” para um “clã diferenciado” e para a “família diferenciada”, enquanto numa outra série de etapas a família “patriarcal” do tipo da família romana, na qual o poder do pai é absoluto, passou à família “paterna” do tipo germânico, que reconhece tanto a linha paterna como a linha materna (Durkheim, 1892). Segundo Durkheim, a contracção da família constituía uma evolução “natural da família”, correlativa da extensão do meio social que, da aldeia à cidade e da cidade ao Estado, tinha como consequência o enfraquecimento progressivo do comunismo familiar. Deste modo, família e comunidade eram colocadas por Durkheim numa relação de antinomia, tese que a investigação sociológica veio definitivamente contrariar ao redescobrir a importância e actualidade dos laços de parentesco na sociedade contemporânea (Segalen, 1999).

A família é passível de estudo científico

Durkheim definiu a Sociologia como o estudo científico dos factos sociais (Durkheim, 1998). Desde então que os sociólogos utilizam o método científico para formular e responder a questões acerca da família. É, pois, a cuidadosa recolha e análise de dados que permite fazer generalizações teóricas e empíricas, o que significa que apesar da familiaridade com o tema, os sociólogos conseguem ir para além das suas experiências individuais e dos juízos de valor que inevitavelmente transportam.

Não obstante carregar consigo a marca indelével do evolucionismo, Durkheim “não empresta ao seu evolucionismo uma escala de valores. Os tipos familiares não se encontram hierarquizados, a família de hoje

não lhe parece nem mais nem menos perfeita do que a de outrora, apenas diferente porque as circunstâncias são diferentes.” (Segalen, 1999, p. 27). Sublinhamos este aspecto porque abre espaço para o contributo de Durkheim ao nível da metodologia científica a empregar no estudo sociológico da família. Neste domínio, Martine Segalen evidencia como “uma das grandes modernidades do método durkheimiano” é justamente “o relacionamento do sistema familiar contemporâneo com outros sistemas, operando uma comparação com os trabalhos sobre outras sociedades” (*Idem*, p. 25). Aplicando o método comparativo, Durkheim propõe-se “descrever, ordenar, classificar, estabelecer relações constantes entre fenómenos isolados e comportamentos de grupos; procurar invariantes pelo método experimental da comparação” (*Ibidem*) e, apoiando-se em obras de outros autores, tenta procurar tipos de famílias diferentes a fim de elucidar as relações entre as características de determinado tipo e as circunstâncias que o rodeiam.

Na resposta à questão sobre qual será o método em concreto a utilizar por uma Sociologia da Família, Durkheim é peremptório na defesa do método indutivo: “Não me deterei em demonstrar que o único meio de alcançar resultados é proceder indutivamente e que nossas induções só terão valor se baseadas em factos, em muitos factos.” (Durkheim, 1888, p. 265). Mas, como refere, “não basta reunir um grande número de documentos; é igualmente importante escolher bem quais deles utilizar.” (*Ibidem*). Eis a regra “que os teóricos da família têm frequentemente ignorado e que é necessário sublinhar.” (*Ibidem*).

Ainda do ponto de vista metodológico, Durkheim recomenda que para compreender a estrutura familiar se rejeitem histórias e outras descrições e impressões pessoais, que muito embora possam ter interesse literário e até autoridade moral, não são documentos suficientemente objectivos e, portanto, não constituem “material a que a ciência possa recorrer de forma útil.” (Durkheim, 1888, p. 267). Adiante, refere-se a esta advertência como “o método da prudência”, segundo o qual “é muito melhor negligenciar alguns factos do que usar factos duvidosos.” (*Idem*, p. 271).

Aqui chegando, Durkheim advoga que “Só há uma maneira de conhecer com exactidão a estrutura de um tipo de família que é chegar a ela em si mesma. Mas onde encontrá-la?” (*Idem*, p. 267). A resposta está nos costumes, no direito e nos usos, isto é,

práticas regulares e constantes, resíduo de uma experiência colectiva, feita por toda uma sucessão de gerações. Porque o costume é precisamente o que é comum e constante em todos os comportamentos individuais. Por conseguinte, exprime exactamente a estrutura da família, ou melhor, é a própria estrutura. (*Ibidem*).

Mas, como reconhecer um costume? Durkheim sugere atender à sua “virtude imperativa” (*Ibidem*), ou seja, a força coerciva que o leva à posição de norma, cujo desrespeito é passível de sanção. Não obstante, Durkheim reconhece a dificuldade do direito e do costume em acompanhar a mudança social ainda não “fixada”, “cristalizada” ou “num estado fluido” (Durkheim, 1888, p. 271) e refere:

[...] uma instituição jurídica pode durar muito mais do que as razões da sua existência; permanece idêntica a si própria, mesmo que os fenómenos sociais que engloba tenham mudado. Nalgumas sociedades, por exemplo, encontramos um sistema de direito de parentesco e de herança que já não corresponde de todo à situação real da família. É uma herança do passado que persiste por força do hábito e obscurece o presente. Assim, há certos fenómenos que corremos o risco de só nos apercebermos muito tempo depois de terem ocorrido, ou mesmo de passarmos completamente despercebidos. (*Ibidem*).

Para fazer face a esta limitação do direito e do costume e permitir uma aproximação mais efectiva à família contemporânea, Durkheim destaca a importância da demografia, ciência que lhe parece “exprimir quase quotidianamente os movimentos da vida colectiva” e, ao mesmo tempo, “abarcá-la a sociedade no seu conjunto” (Durkheim, 1888, p. 271). A estatística, refere, “coloca-nos perante números impessoais. Estas figuras não só reflectem os fenómenos sociais de forma autêntica e objectiva, mas exprimem-nos melhor, porque tornam visíveis as suas variações quantitativas e permitem a sua medição” (*Ibidem*). Em suma, Durkheim propõe uma combinação da lei, dos costumes, tal como os conhecemos pela etnografia e pela história e, finalmente, da demografia da família como “a tríplice fonte de onde retiraremos o material para as nossas inferências” (*Ibidem*). Com o tempo, a investigação sociológica sobre a família viria, aliás, a incorporar na compreensão de temas afins, como o lugar da criança na vida familiar, o casamento, o parentesco, a casa, a vida

privada e quotidiana, a contracepção, as emoções ou a sexualidade, um conjunto de obras que conjugam importantes contributos advindos da etnografia, da história e da demografia da família (Ariès, 1998; Burguière, Klapisch-Zuber, Segalen, & Zonabend, 1986; Flandrin, 1976).

Em jeito de conclusão, Durkheim enfatiza que é possível e desejável um discurso científico sobre a família. Para combater os moralistas e reformadores sociais de então, afirma que, tal como noutros campos do social, a família pode ser objecto de generalizações científicas, que há nela “uma ordem, mas de grande complexidade” (Durkheim, 1888, p. 272). Consciente das dificuldades a enfrentar, sublinha que se esforçará por evitar o “duplo perigo” a que toda a teoria da família está exposta: “ou optar pela simplicidade, tentando explicar tudo através de um único princípio, ou renunciar a qualquer sistematização, sob o pretexto de que esta massa de factos heterogéneos não pode servir de base a generalizações científicas” (*Ibidem*).

A fechar a secção da lição de 1888 dedicada ao método da Sociologia da Família, está porventura o seu âmago. Durkheim mostra-se decidido a desafiar “as explicações simples, as classificações lineares e geométricas” (*Ibidem*), consciente que está da grande complexidade do objecto de estudo que pretende compreender. Há um outro sentimento, diz, que não é menos necessário trazer para o estudo da família, trata-se do que designa de uma “perfeita serenidade”: “é preciso libertar o espírito dos preconceitos optimistas tanto quanto dos preconceitos pessimistas.” (*Ibidem*). Durkheim rejeita determinantemente qualquer hierarquização dos seres e dos factos sociais, o que expande para o contexto da família. Nas suas palavras,

A família de hoje não é mais ou menos perfeita do que a de outrora. É diferente, porque as circunstâncias são diferentes. É mais complexa porque os contextos em que vivem são mais complexos; é tudo. O cientista estudará, portanto, cada tipo segundo os seus próprios méritos, e a sua única preocupação será a de procurar a relação que existe entre as características constitutivas do tipo e as circunstâncias que o rodeiam. É assim que nos será possível prosseguir a nossa investigação com a curiosidade imparcial que o naturalista ou o físico trazem para as suas investigações. (Durkheim, 1888, p. 273).

New Jersey, 1964. Um olhar sobre a família

Publicada em 1964 em Englewood Cliffs, justamente o ano que serve o primeiro marco temporal da efeméride que ora assinalamos, a obra *The Family*, de William J. Goode constitui o mote para sistematizar um primeiro conjunto de premissas que, na senda de Durkheim, aprofundam a perspectiva sociológica sobre a família com foco na sua estrutura, papéis e funções.

As famílias são grupos sociais

As famílias são grupos sociais constituídos por duas ou mais pessoas e pela complexa teia de relações que essas pessoas mantêm entre si, com outras pessoas e também com diferentes esferas da sociedade. Como acontece noutros grupos sociais, entre amigos, colegas de trabalho ou num clube, essas relações incluem direitos, responsabilidades e obrigações. As famílias, no entanto, diferem de outros grupos sociais, inclusive de outros grupos primários, porque o tipo de envolvimento que une as pessoas é mais intenso (Beutler, Burr, Bahr, & Herrin, 1989). Isto significa que as actividades partilhadas entre os membros de uma família são mais alargadas que as que se desenvolvem noutros grupos, quer em termos de frequência e de diversidade, quer em termos de durabilidade. Entre estas actividades inclui-se o estar ou viver junto por períodos consideráveis, em contexto privado, de menor ou reduzida exposição pública, como o comer, dormir, manter relações sexuais ou experienciar situações de doença. Trata-se, em suma, de um envolvimento de proximidade e interacção contínua, face-a-face, de intimidade profunda e prolongada e com expectativas de durabilidade, o que acarreta densidade emocional particular às relações familiares (Newman & Graueholz, 2002).

Para Klein & White (1996), são quatro os aspectos que fazem da família um grupo distinto de outros grupos: as famílias duram por um período consideravelmente mais longo do que a maioria dos outros grupos sociais; as famílias são intergeracionais, sendo que a intergeracionalidade é um aspecto fundamental para as relações de cuidado e dependência; as famílias incluem relações biológicas e sociais (legais, por afinidade, socio-afectivas); e, por fim, as famílias estão ligadas a um extenso sistema

de parentesco, determinado por sangue, casamento ou adopção, do qual fazem parte outras famílias, de tal forma que, em última instância, é difícil ou mesmo impossível circunscrever com exactidão os seus limites. A contrário, mesmo que em outros grupos sociais as relações possam durar muito tempo, a pertença não tem um carácter “vitalício” como na família (Newman & Graueholz, 2002, p. 8), e os limites tendem a estar temporal e espacialmente circunscritos.

Da mesma forma que cada indivíduo pode pertencer a vários grupos em simultâneo, assim também cada indivíduo pode pertencer a várias famílias. A família de orientação designa habitualmente a família em que se nasceu e é socializado e a família de procriação a família que é iniciada pelo próprio ao casar ou coabitar e ter filhos (Parsons, 1951). A um mesmo tempo, um indivíduo pode pertencer a estas duas famílias, assim como pertencerá a outras formas de família que resultam de uma aceção mais restrita ou alargada do termo. Como sublinha W. Goode, numa reedição da obra já citada, a família é uma questão de mais ou menos⁸ (Goode, 1982, p. 8).

As famílias são diversas na composição e estrutura

Não existe uma forma singular de família. As famílias diferem na composição e estrutura, o que significa que existem muitas formas de família, as quais resultam de intersecções múltiplas entre os elementos que a compõem (número e idade, género, etnia, condição socioeconómica, orientação sexual, etc.) e a forma como estão organizados (tipos de conjugalidade, parentalidade e afectividade subjacentes; natureza, ordem e duração dos vínculos; sistemas de estratificação, modos de residência, filiação e sucessão, etc.). Existem ainda variações estruturais de família que incluem combinações variáveis entre dinâmicas intrageracionais (e.g., casais, irmãos em idade adulta) e intergeracionais (e.g., relações pais-filhos, avós-netos, tios-sobrinhos).

Apesar do reconhecimento teórico-conceptual de que as famílias são diversas, a busca pelo “que é normal” introduziu na Sociologia uma perspectiva normativa da família, que a teoria funcionalista exacerbou,

8. Orig., “a matter of more or less”.

designadamente com a visão parsoniana e a distinção simultaneamente “natural” e “eficaz” para os propósitos da estabilização da personalidade adulta e socialização das crianças que operou entre o papel expressivo da mulher e o papel instrumental do homem (Parsons & Bales, 1955). Em contexto norte-americano, este modelo normativo baseava-se no que actualmente os investigadores designam de *Standard North American Family* (SNAF) (Smith, 1993). Esta designação representa a família como a família nuclear, constituída por uma mulher e um homem casado com filhos, onde a mulher frequentemente permanece em casa enquanto o homem trabalha fora como forma de sustento da família. Enquanto modelo cultural, esta designação – que remete para as experiências médias de americanos caucasianos, de classe média, unidos por casamento numa relação heterossexual com filhos biológicos – funcionou como uma base distintiva para julgar as demais famílias em função de critérios como normalidade, estabilidade e eficácia, determinando, conseqüentemente, um juízo sobre as famílias não normais, instáveis ou problemáticas e a necessitar de intervenção (Newman & Grauerholz, 2002).

Entre as muitas críticas endereçadas ao modelo SNAF destaca-se a de Stephanie Coontz (1992). Para esta autora, não apenas o modelo é totalmente desactualizado, como faz parte do que designa de “armadilha da nostalgia”⁹, enraizado que está numa romantização da chamada “era dourada da família”, vivida nos EUA nos anos 50 do século XX, período pós segunda guerra mundial que assistiu a um *boom* da economia, acompanhado de relativa estabilidade económica das famílias e reduzidas taxas de divórcio. Coontz alega que as assunções sobre como as famílias devem ser, por oposição ao que foram ou são realmente, são muito resistentes à mudança. Muito embora o modelo normativo de família tenha sido bastante criticado nos últimos anos, está enraizado na teoria e investigação sobre a família, é importante em termos de socialização, designadamente através da cultura popular, e relativamente influente ao nível da formulação das políticas sociais (Cheal, 1991; Bahr & Bahr, 2001; Demo, Allen, & Fine, 2000; Hoy & Boyd, 2024).

9. Orig., “nostalgia trap”.

As famílias são compostas por partes, mas o todo é mais que a soma das partes

Sem querer fazer desta assunção uma explicitação da teoria sistémica aplicada ao estudo sociológico da família (Parsons & Bales, 1955), usamos a metáfora da família como um sistema para sublinhar que as famílias não são estáticas, mas dinâmicas, tanto quando perspectivadas no plano microsocial, mas também a nível meso e macrosocial. As famílias podem ser vistas como um conjunto de partes interconectadas e interdependentes que interagem de forma organizada e complexa através de sistemas de comunicação, também eles diversos e complexos. Cada membro da família afecta e é afectado pelos outros membros e mudanças num dos membros podem desencadear mudanças em todo o sistema familiar, daí que possamos dizer que são mais do que uma simples soma de indivíduos relacionados uns com os outros, como uma ênfase na composição e estrutura poderia fazer crer.

Analisar a família como um sistema permite uma compreensão mais profunda das interacções, dos padrões e das dinâmicas que influenciam o comportamento dos membros da família e como esses factores contribuem para o funcionamento geral da sociedade. Isto acontece não apenas com os grandes eventos da vida familiar, como o nascimento, o casamento, o divórcio e morte, mas também com acontecimentos aparentemente mais anódinos, relacionados, a título de exemplo, com um novo emprego que implica porventura horários diferentes ou deslocações até aí desnecessárias; a doença de uma criança que impõe novas rotinas de cuidado; a separação de um casal e a consequente mudança de residência, eventualmente de escola, no caso das crianças, e a busca por novas amizades; ou situações de stress no trabalho que têm repercussões várias ao nível da vida familiar e na relação com instituições de saúde.

A comunicação é o principal meio através do qual as partes do sistema interagem. O todo é mais que a soma das partes também porque a família contempla tipos diversos de comunicação, inclusive formas de comunicação simbólica, algumas das quais restritas aos membros da família, como o uso de determinada linguagem ou rituais próprios (Costa, 2011).

Do ponto de vista sociológico, colocar o fulcro na família-instituição (exemplificadamente com um F maiúsculo), é “um atalho” (Allen & Henderson, 2017, p. 9) que permite abordar a família como um sistema

que opera com outros sistemas (e.g., o económico, religioso, educacional, político, legislativo, criminal, etc.) e assim influi e é influenciada pela mudança social, histórica, demográfica, económica e política. As famílias afectam e são afectadas (in)directamente por esses outros sistemas no contexto mais amplo de relações de produção, consumo e reprodução (e.g., campesinato e economias de subsistência, industrialização e crescimento urbano, terciarização e globalização). A título de exemplo, o abandono de crianças ao longo da história, assim como a prática mais pontual e contextualizada da Exposição na Roda, patenteiam de forma notável o poder da família enquanto instituição social que se (re)define interna e externamente a partir de critérios de (i)legitimidade. Ao mesmo tempo que esses critérios são fabricados e reproduzidos na relação directa com outras instituições como o Estado e a Igreja, e, de modo mais amplo, com o conjunto de forças socio-históricas que a envolvem (e.g., o “desequilíbrio” entre os sexos relacionado com as guerras, epidemias, crises económicas e migrações); ajudam a compreender o direito, os costumes, os valores e atitudes perante a criança, a vida e a morte e, de forma interdependente, os padrões de nupcialidade, natalidade, fecundidade e mortalidade infantil (Morais, 1987). Já no contexto da modernidade tardia, a lente sistémica afigura-se particularmente heurística para compreender as complexas relações entre família, tecnologia e digitalização do quotidiano (Rainie & Wellman, 2022), migrações, asilo e transnacionalismo (Cienfuegos, Brandhorst, & Bryceson, 2023) ou até mesmo alterações ambientais e climáticas (Jamieson, 2020).

Manchester, 2024. Olhares sobre as famílias

O início de 2024 trouxe à estampa a obra *Families*, de Vanessa May. No ano que constitui o marco temporal que encerra a comemoração dos sessenta anos da fundação do curso de Sociologia em Évora, o livro publicado a partir de Manchester é o pretexto para elencar um segundo conjunto de premissas que, a juntar às já antes enunciadas, permitem completar e adensar a perspectiva sociológica sobre a família, hoje. De modo transversal, estas premissas são tributárias de desenvolvimentos teóricos mais recentes centrados na teoria das práticas familiares, na perspectiva do curso de vida e de uma Sociologia da Vida Pessoal.

As famílias definem-se a partir do que são, mas também do que fazem

À medida que as definições de família procuram ir além das variações de composição e estrutura, torna-se mais difícil responder à questão “o que é, afinal, a família?”. Como afirma François de Singly, “uma das especificidades das famílias contemporâneas é a «fluidez» desta definição.” (de Singly, 2011, p. 7). Para este autor, a fluidez na definição de família dá lugar à incerteza, “abrindo assim um espaço que, em determinadas condições, permite ao indivíduo inventar a «sua» família.” (*Idem*, p. 8). Assim conceptualizada, a família vale-se menos de critérios formais, que da relação que estabelece face a uma dupla exigência: “a criação de um quadro de vida onde cada um possa desenvolver-se ao mesmo tempo em que participa de uma obra comum” (*Idem*, p. 9). De Singly argumenta que a fluidez não significa que a família se tenha tornado “um espaço sem marcas, sem normas, sem referências, sem lugar.” (*Ibidem*); a contrário, “Uma família «boa» (socialmente considerada como tal) é, em última instância, um grupo que permite a pequenos e grandes um reconhecimento de tipo particular” (*Ibidem*), onde se inclui uma solicitude pessoal e um apoio e cuidado por parte dos outros significativos.

Um sentimento crescente de fluidez e a tomada de consciência cada vez maior da inexistência de áreas discretas como a família, o trabalho ou o lazer está na base da teoria das práticas familiares (Morgan, 1996, 1999, 2011). Ao invés de analisar as famílias como entidades estáticas ou simplesmente através das suas estruturas e funções “tradicionais”, a teoria das práticas familiares considera principalmente as interações entre os membros da família, as suas rotinas e actividades concretas que no conjunto tecem a complexidade da vida familiar. Convergingo nas interações e nas práticas quotidianas, a preocupação não é tanto com aquilo que “as famílias são”, mas sim com o que “as famílias fazem”. Isso inclui actividades como preparar refeições, cuidar dos filhos, partilhar responsabilidades domésticas ou socializar, inclusive para além do espaço da casa, em locais públicos da cidade, nas ruas e nas praças, no supermercado e nos centros comerciais, nos parques de diversão ou inclusive na piscina ou praia.

A análise daquilo que as famílias fazem dá visibilidade aos modos diversos como comunicam entre si, resolvem conflitos, expressam afecto

ou compartilham responsabilidades. As práticas familiares são vistas dentro de um contexto cultural e social mais amplo, o que significa que podem variar significativamente de uma cultura para outra e ao longo do tempo, sendo influenciadas por factores sociais, económicos e políticos, assim como mudanças na própria estrutura familiar, como divórcios, casamentos, nascimentos ou mudanças de residência. Acresce que as práticas familiares não são apenas acções físicas, mas também carregam valores e significados múltiplos, manifestos e latentes, pelo que são fortemente investidas do ponto de vista emocional. Esta teoria considera ainda o modo como as desigualdades e as relações de poder se manifestam nas práticas familiares, o que inclui questões de género e geração na distribuição de tarefas e recursos dentro da família. Desta forma, a família não é tanto uma “coisa” ou um “objecto” em si mesmo, que se procura “encontrar” na realidade, mas uma “forma de olhar”, “descrever” e procurar “compreender” práticas que poderiam também ser descritas de outra forma (Morgan, 1996, p. 199).

Ao utilizar o termo família mais como adjetivo que como substantivo, “se possível um verbo” (Morgan, 1999, p. 16) a teoria das práticas familiares vem iluminar os modos diversos como as práticas quotidianas constroem a experiência familiar de famílias que se conjugam no plural (Quénart e Hurtubise, 1998). E, para isso, contribui tanto o modo como são percebidas a partir do exterior, quanto pelos protagonistas da acção. Este aspecto é particularmente decisivo para conceptualizar hoje formas e definições de famílias que não cabem nas definições ditas tradicionais, como famílias de escolha, comunidades pessoais, famílias não-humanas ou multi-espécies.

As famílias mudam com o tempo e movem-se no espaço

A incorporação da dimensão tempo no estudo da família, através designadamente da perspectiva do curso de vida familiar, tem sido decisiva para demonstrar que as famílias consistem em vidas interdependentes, que mudam continuamente ao longo do tempo (Elder, 1974; Giele & Elder, 1998; Bernardi, Huinink, & Settersten, 2019). Desde logo, as famílias diferem no tempo de vida das próprias famílias. Assim, o mesmo casal será diferente numa fase em que não tem filhos, em distintas fases do

desenvolvimento dos filhos ou numa fase da vida em que acumula o papel social de pais com o de avós. A passagem do tempo altera a dinâmica das relações familiares e isto acontece mesmo que nenhum acontecimento “inesperado” tenha lugar, como por exemplo um divórcio ou uma morte “antes do tempo” (Allan, 1999). Estas mudanças não se dão apenas no nível “interno” das famílias. De facto, elas influem e são influenciadas pelas mudanças na relação que os indivíduos mantêm com outras esferas, por exemplo da educação (e.g., ao passarem de um nível de ensino básico para o secundário ou deste para o superior); do trabalho pago (e.g. ao ingressarem no mercado de trabalho, ao mudarem de emprego ou transitarem para uma situação de reforma), ou com as relações de cuidado que estabelecem para com dependentes, sejam crianças ou pessoas idosas (e.g., no momento de transição para a creche ou o pré-escolar, em situação pontual de doença ou na assunção de um papel de cuidador).

A perspectiva do curso de vida não é totalmente incompatível com a noção de ciclo de vida familiar, o qual está mais relacionado com a teoria desenvolvimental e, a montante, com a teoria sistémica e estrutural-funcionalista (Duvall, 1957; Glick, 1947; Hill, 1949); expande-a, tomando o indivíduo e não a família como referência. Assim, muito embora o curso de vida individual comece com o nascimento e termine com a morte de um indivíduo, incorpora uma perspectiva de tempo que não se esgota na “simples” passagem de fases da família que organizam um tempo cíclico, de fases, posições e papéis familiares que se sucedem numa sequência conhecida de antemão, previsível e irreversível, que através de um poderoso “toque normativo” (Höhn, 1990) impõe expectativas e rotulações em torno da (não) conformidade. Ao avançar no tempo de vida, o indivíduo ocupa diferentes posições no curso de vida (e.g., criança, adolescente, jovem adulto, adulto ou idoso) e, conseqüentemente, diferentes papéis familiares (e.g. filho, neto, irmão, pai, tio, avô, etc.). Estas posições e papéis não se verificam, necessariamente, tão pouco se sobrepõem num tempo esperado e previamente organizado; antes, constituem uma “espiral” (Allen & Henderson, 2017, p. 7), onde as experiências individuais se intersectam com as experiências familiares num tempo singular e não determinado.

As famílias não apenas mudam com o tempo, como se movem no e com o espaço. Este princípio questiona a aparente estabilidade da casa como critério para a definição do que é uma família. Na verdade, as

famílias movem-se no espaço, não apenas porque as próprias definições de família se estendem para além da coabitação entre membros de uma família nuclear (e.g., família monoparental, família bi-nuclear, conjugalidade não coabitante (“*living apart together*”), família extensa, família consanguínea, etc.), mas também porque pessoas que integram uma mesma família nuclear podem, elas próprias, viver em casas diferentes (e.g., um dos filhos adultos pode viver em situação de estudante deslocado durante o tempo que frequenta a universidade, o casal pode viver uma situação de conjugalidade não coabitante devido ao facto de trabalharem em locais afastados da residência comum (“*living together apart*”) e, no caso de famílias transnacionais, pode acontecer que um ou ambos os membros do casal viva noutra casa, inclusive noutro país ou continente, enquanto os seus filhos ficam no país de origem e são cuidados por familiares ou outras pessoas). Esta condição de “famílias em movimento” é tanto mais importante quanto não se restringe a determinadas fases ao longo do curso de vida, tão pouco acontece de uma vez para sempre; a contrário, situações existem em que a mobilidade, com a consequente circulação de pessoas, artefactos e emoções, é uma condição permanente e estruturante da dinâmica familiar (Cabalquinto, 2022).

Não sendo um fenómeno novo na história, um conjunto de mudanças recentes veio tornar a mobilidade das pessoas e das coisas, consequentemente também das famílias, mais rápida, fácil e económica. Estas mudanças, aliadas a fenómenos globais de migrações pluri-orientadas, incluindo migrações forçadas, situações de asilo, mas também mobilidade profissional altamente qualificada, a que se juntam os desenvolvimentos ao nível das tecnologias de informação e da possibilidade de comunicação à distância, torna mais visível a realidade das famílias transnacionais em toda a sua complexidade (Baldassar & Merla, 2014). Porém, não é apenas à escala global que as famílias se movem; no interior de cada país e mesmo de cada cidade, ao longo do ano, da semana e de um mesmo dia, as famílias afirmam-se como realidades móveis (Cresswell, 2006; Costa, 2011).

As famílias incorporam dimensões corporais, materiais e simbólicas

Não é de hoje a definição de Chiara Saraceno, para quem a família é “espaço ao mesmo tempo físico, relacional e simbólico” (Saraceno & Naldini, 2003, p. 18). Ainda assim, é relativamente recente o consenso sociológico em torno de tais dimensões como partes constitutivas e inter-dependentes, não apenas para a definição, mas também para o próprio funcionamento das famílias.

O estudo das práticas familiares tem sido especialmente profícuo para dar conta da dimensão de corporalidade e materialidade da família, já que, de muitas formas, as práticas familiares implicam co-presença e mobilizam objectos materiais. David Morgan (1996, 2011) já havia chamado a atenção para o facto de que muitas práticas familiares, do nascimento à morte, sexualidade ou práticas de cuidado, implicam uma dimensão corporal significativa. Porém, esta intimidade corporal não é necessariamente ou sempre conotada de forma positiva, agradável ou reconfortante, inclusivamente, pode ser ambivalente, como acontece em situações de abuso e violência, mas também aquando da auto-percepção corporal e sua relação com as semelhanças familiares que as heranças genéticas denunciam (e.g., traços físicos, padrões de obesidade, doenças degenerativas, etc.).

É certo que a co-presença não significa necessariamente intimidade, mas, ainda assim, parece importante para criar sentimentos de confiança e compromisso (Urry, 2007). O trabalho de Jennifer Mason (2018) traz profundidade a uma análise que foca apenas a co-presença, justamente porque vem sublinhar o papel das sensações no modo como as pessoas experienciam essa co-presença, incluindo a voz, o toque e o cheiro. Ao mesmo tempo que Mason dá a conhecer a natureza corporal das práticas familiares, denuncia como essa dimensão constrói uma forma de conhecimento “sensório-cinestésica” que os membros da família têm uns sobre os outros, os espaços e as relações, e que traduzem a partir de aparências físicas, tonalidades de voz, cheiros, gestos ou em conjugações variáveis desses elementos.

No conjunto, o trabalho em torno de uma Sociologia da Vida Pessoal (Smart, 2007; May, 2011) tem também contribuído com exemplos vários para mostrar como a materialidade pode e é frequentemente utilizada para demonstrar o significado das relações familiares, fazendo a ligação

com o contexto social mais amplo em que estão inseridas. Esta materialidade não se esgota nas dimensões mais “tradicionais” de arquitectura, consumo e investimento doméstico, como a casa, o mobiliário, as compras de supermercado ou as jóias de família; atenta também a objectos aparentemente mundanos como fotografias, papéis, roupa, tecnologia e comodidades domésticas várias, inclusive artefactos esquecidos ou “adormecidos” (Woodward, 2020) e que, seguindo a sugestão metafórica de Peter Berger, obrigam a olhar para o interior de gavetas e abrir armários fechados.

A este propósito, duas abordagens importa considerar na relação entre materialidade e família: não apenas os objectos materiais podem ser usados para simbolizar a qualidade e significância das relações familiares (e.g., associadas a determinadas pessoas, fases ou eventos considerados significativos), como também a própria (in)existência e características materiais dos objectos desempenha um papel importante na formação e estruturação das relações familiares, seja porque criam possibilidades ou constrangimentos (e.g., condições de habitabilidade, indicadores de modernidade, conforto, velocidade ou actualização de determinados objectos, etc.), seja porque a sua gestão envolve frequentemente formas de negociação, que denunciam, por sua vez, relações desiguais de poder, classe ou género (May, 2024).

Évora, 2024. Tradição, herança e recomeços

As efemérides obrigam-nos a pensar, fazer retrospectivas e balanços; permitem-nos também olhar para o futuro a partir do tempo presente, alicerçado que está necessariamente no passado.

Presente no plano curricular da Licenciatura em Sociologia oferecida em Évora desde 1964, a Sociologia da Família é hoje um domínio consolidado de investigação sociológica em Portugal (Machado, 2022), reconhecido enquanto veículo de questionamento, análise e tentativa de compreensão científica da família contemporânea como instituição social que Durkheim, a seu tempo, sabiamente reconheceu. Partilhamos das palavras de J.-H. Déchaux, para quem “a família está constantemente a ser inventada à nossa frente e a sua definição é sempre uma questão social e política” (Déchaux, 2007, p. 3). E a Sociologia da Família parece

estar atenta a isso hoje, como bem demonstra a obra *Families* de Vanessa May, como estava em meados do século XX com William Goode e, antes disso, em finais do século XIX com Émile Durkheim.

Herdeira dessa tradição, isto não significa que a Sociologia da Família esteja encapsulada numa determinada forma de olhar a família ou que a realidade que procura compreender esteja, ela própria, encapsulada por essa leitura. Como procurámos demonstrar neste texto, a Sociologia da Família vive aberta ao mundo e à diversidade familiar que o mundo contém e continuamente reconstrói aos nossos olhos. Inclusivamente, incorpora na sua própria reflexão a dúvida sobre a continuidade da existência da família ou de uma “família pós-familiar” (Beck & Beck-Gernsheim, 2001). A causa parece estar, em parte, numa injunção à (re) construção da identidade no contexto da modernidade tardia (Giddens, 2001), tanto quanto na transição rumo a preocupações individualistas que parecem substituir progressivamente as disposições colectivistas que outrora enformavam as relações familiares. “Viver para os outros” parece, assim, dar progressivamente lugar a “viver uma vida sua”, sendo que tais decisões afectam necessariamente as possibilidades de formar e manter uma família, já que criam (novas) tensões entre valores que aparentemente se opõem: o dever e a responsabilidade para consigo próprio, ante a responsabilidade para com um outro, mesmo que significativo, seja um parceiro, filho, ou pai idoso. A investigação teórica e empírica dá conta de um campo em profunda dinâmica e reinvenção permanente (Castrén, Česnuitytė, Crespi, Gauthier, Gouveia, Martín, Moreno Mínguez, & Suwada, 2021), atestando a cada momento que “a família não é uma categoria zombie” (de Singly, 2021, p. 32). Aliás, “Como é que a Sociologia da Família pode ser um *zombie* se há tanto para aprender?” (de Singly, 2021, p. 34), pergunta De Singly. A complexidade e multidisciplinaridade do campo atesta uma dinâmica que extravasa os limites da própria Sociologia. Não são raras as designações a um campo disciplinar de “estudos de família [*family studies*]” (Boss, Doherty, LaRossa, Schumm, & Steinmetz, 1993; Ribbens McCarthy & Edwards, 2011), e há mesmo quem pugne por uma “ciência familiar [*family science*]” (Bailey & Gentry, 2013).

Alinhadas com a longa tradição de questionamento como forma de aprendizagem (Delic & Bećirović, 2016) e com base na experiência acumulada da prática docente, procuramos fazer deste texto um convite renovado

à Sociologia e, em particular à Sociologia da Família, colocando em diversos momentos questionamentos que equacionamos colocarem-se a quem inicia o estudo sociológico da família. Sabemos que enquanto estratégia de ensino e aprendizagem, particularmente em contexto físico de interação, são muitas as vantagens do método interrogativo, o qual parte de perguntas como estímulo para o autoquestionamento, o pensamento e reflexão crítica, a análise e a compreensão de conceitos-chave (Gomes, Silva, & Gouveia, 2019). À distância mediada pela leitura em papel ou ecrã deste texto – quem sabe, áudio – esperamos que o/a eventual leitor/a possa agora assumir o papel central no processo de aprendizagem, construindo a partir de aqui o seu próprio conhecimento, aprofundando e expandindo as respostas às questões formuladas; eventualmente, colocando outras. O convite está feito.

Referências

- ALLAN, G. (Ed.). (1999). *Family: A sociological reader*. Blackwell Publishers.
- ALLEN, K. R., & Henderson, A. C. (2017). *Family theories: Foundations and applications*. Wiley Blackwell.
- ARIÈS, P. (1998). *A Criança e a vida familiar no Antigo Regime*. Relógio D'Água. (Original publicado em 1960)
- BAHR, H. M., & Bahr, K. S. (2001). Families and self-sacrifice: Alternative models and the implications for family and society. *Social Forces*, 79(4), 1231-1258. <https://doi.org/10.1353/sof.2001.0030>
- BAILEY, S. J., & Gentry, D. B. (2013). Teaching about family science as a discipline. In G. W. Peterson & K. R. Bush (Eds.), *Handbook of marriage and the family* (pp. 861-876). Springer. https://doi.org/10.1007/978-1-4614-3987-5_35
- BALDASSAR, L., & Merla, L. (Ed.). (2014). *Transnational families, Migration and the circulation of care. Understanding mobility and absence in family life*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203077535>
- BECK, U., & Beck-Gernsheim, E. (2001). *Individualization: Institutionalized individualism and its social and political consequences*. Sage.
- BERGER, P. L. (1963). *Invitation to sociology. A humanistic perspective*. Anchor Books.
- BERGER, P. L., & Luckmann, T. (1999). *A construção social da realidade*. Dinalivro. (Original publicado em 1966)
- BERNARDES, J. (1997). *Family studies: An introduction* (1st ed.). Routledge.

- BERNARDI, L., Huinink, J., & Settersten, R. A., Jr. (2019). The life course cube: A tool for studying lives. *Advances in life course research*, 41, 100258. <https://doi.org/10.1016/j.alcr.2018.11.004>
- BEUTLER, I. F., Burr, W. R., Bahr, K. S., & Herrin, D. A. (1989). The family realm: Theoretical contributions for understanding its uniqueness. *Journal of Marriage and Family*, 51(3), 805–816. <https://doi.org/10.2307/352178>
- BOSS, P., Doherty, W. J., LaRossa, R., Schumm, W. R., & Steinmetz, S. K. (Eds.). (1993). *Sourcebook of family theories and methods: A contextual approach*. Springer.
- BURGUIÈRE, A., Klapisch-Zuber, C., Segalen, M., & Zonabend, F. (Dirs.). (1986). *Histoire de la famille* (2 vols.). Armand Colin.
- CABALQUINTO, E. C. B. (2022). *(Im)mobile homes: Family life at a distance in the age of mobile media*. Oxford University Press USA – OSO.
- CASTRÉN, A.-M., Česnuitýtė, V., Crespi, I., Gauthier, J.-A., Gouveia, R., Martin, C., Moreno Mínguez, A., & Suwada, K. (Eds.). (2021). *The Palgrave handbook of family sociology in Europe*. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-73306-3>
- CHEAL, D. (1991). *Family and the state of theory*. Harvester Wheatsheaf.
- CIENFUEGOS, J., Brandhorst, R., & Bryceson, D. F. (Eds.). (2023). *Handbook of transnational families around the world*. Springer.
- COONTZ, S. (1992). *The way we never were: American families and the nostalgia trap*. Basic Books.
- COSTA, R. P. (2003). *Filhos do Adeus: (Des)sincronização familiar e fecundidade depois dos 40 anos no Portugal contemporâneo* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora). Repositório Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/3286>
- COSTA, R. P. (2011). *Pequenos e grandes dias. Os rituais na construção da família contemporânea* (Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa). Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/4770>
- CRESSWELL, T. (2006). *On the move: Mobility in the modern Western world*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203446713>
- DE SINGLY, F. (2011). *Sociologia da família contemporânea* (4ª ed.). Texto & Grafia. (Original publicado em 1993)
- DE SINGLY, F. (2021). The family of individuals: An overview of the sociology of the family in Europe, 130 years after Durkheim's first university course. In A.-M. Castrén, V. Česnuitýtė, I. Crespi, J.-A. Gauthier, R. Gouveia, C. Martin, A. Moreno Mínguez, & K. Suwada (Eds.), *The Palgrave handbook of family sociology in Europe* (pp. 15-30). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-3-030-73306-3_2
- DÉCHAUX, J.-C. (2007). *Sociologie de la famille*. La Découverte.
- DELIC, H., & Bećirović, S. (2016). Socratic method as an approach to teaching. *European Researcher*, 11, 511-517. <https://doi.org/10.13187/er.2016.111.511>

- DEMO, D. H., Allen, K. R., & Fine, M. A. (Eds.). (2000). *Handbook of family diversity*. Oxford University Press.
- DURKHEIM, É. (1888). Introduction à la sociologie de la famille. *Annales de la Faculté des lettres de Bordeaux*, 10, 257-281. <http://dx.doi.org/doi:10.1522/cla.due.int2>
- DURKHEIM, É. (1892). La famille conjugale. In V. Karady (Ed.) (1975), *Émile Durkheim – Textes – Fonctions sociales et institutions* (pp. 35-49). Les Editions de Minuit.
- DURKHEIM, É. (1998). *As regras do método sociológico*. Editorial Presença. (Original publicado em 1895)
- DUVALL, E. M. (1957). *Family development*. J.B. Lippincott Company.
- ELDER, G. H., Jr. (1974). *Children of the Great Depression: Social change in life experience*. University of Chicago Press.
- FLANDRIN, J.-L. (1976). *Familles: Parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société*. Éditions du Seuil.
- GIDDENS, A. (2001). *Modernidade e identidade pessoal* (2ª ed.). Celta. (Original publicado em 1999)
- GIELE, J. Z., & Elder, G. H., Jr. (Eds.). (1998). *The craft of life course research*. Guilford Press.
- GLICK, P. C. (1947). The family cycle. *American Sociological Review*, 12(2), 164-174. <https://doi.org/10.2307/2086982>
- GOMES, A. P., Silva, B., & Gouveia, J. (2019). *Práticas pedagógicas: objetivos, métodos e avaliação*. ESEPF.
- GOODE, W. J. (1964). *The family*. Prentice-Hall.
- GOODE, W. J. (1982). *The family* (2ª ed.). Prentice-Hall.
- HILL, R. (1949). *Families under stress: Adjustment to the crises of war separation and reunion*. Harper & Brothers.
- HÖHN, C. (1990). The family life cycle: Needed extensions of the concept. In J. Bongaarts, T. Burch, & K. Wachter (Eds.), *Family demography: Methods and their applications* (pp. 65-80). Clarendon Press.
- HOY, A., & Boyd, E. M. (Eds.). (2024). *The sociology of families reader: Issues, perspectives, and debates*. Cognella.
- JAMIESON, L. (2020). Sociologies of personal relationships and the challenge of climate change. *Sociology*, 54(2), 219-236. <https://doi.org/10.1177/0038038519882599>
- KAUFMANN, J.-C. (1989). *La vie ordinaire. Voyage au coeur du quotidien*. Édition Greco.
- KLEIN, D. M., & White, J. M. (1996). *Family theories: An introduction*. Sage Publications.
- LACOURSE, M.-T. (2010). *Famille et société* (4ª ed.). Chenelière.
- MACHADO, F. L. (2022). *Investigação sociológica em Portugal: Um guia histórico e analítico*. Edições Afrontamento.
- MASON, J. (2018). *Affinities: Potent connections in personal life*. Polity Press.

- MAY, V. (2011). *Sociology of personal life*. Palgrave Macmillan.
- MAY, V. (2024). *Families*. Polity.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, (1966). *Possibilidades educativas em Portugal. Organização escolar portuguesa* (nova edição remodelada e actualizada pelo Dr. Fernando Falcão Machado). Lisboa. Ministério da Educação Nacional, Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes.
- MORAIS, M. G. D. (2002). *Causas de morte no século XX: Transição e estruturas da mortalidade em Portugal Continental*. Edições Colibri e CIDEHUS-UE.
- MORAIS, M.G.D. (1987). Dos expostos da Roda do Hospital Real de Santo André da Vila de Montemor-o-Novo no início do século XIX (1806-1830). *Almansor: Revista de Cultura*, 5, 45-88.
- MORGAN, D. H. J. (1996). *Family connections: An introduction to family studies*. Polity Press.
- MORGAN, D. H. J. (1999). Risk and family practices: Accounting for change and fluidity in family life. In E. B. Silva & C. Smart (Eds.), *The new family?* (pp. 13-30). Sage.
- MORGAN, D. H. J. (2011). *Rethinking family practices*. Palgrave Macmillan.
- NEWMAN, D. M., & Grauerholz, L. (2002). *Sociology of families* (2ª ed.). Sage Publications.
- PARSONS, T. (1951). *The social system*. Free Press.
- PARSONS, T., & Bales, R. F. (1955). *Family: Socialization and interaction Process*. Free Press.
- PAUGAM, S. [Dir.] (2010). *Les 100 Mots de la sociologie*. PUF.
- QUENIART, A., & Hurtubise, R. (1998). Nouvelles familles, nouveaux défis pour la sociologie de la famille. *Sociologie et sociétés*, 30(1), 1-11. <http://dx.doi.org/10.7202/001602ar>
- RAINIE, L., & Wellman, B. (2022). *Networked: The new social operating system*. MIT Press.
- RIBBENS MCCARTHY, J., & Edwards, R. (2011). *Key concepts in family studies*. Sage.
- SARACENO, C., & Naldini, M. (2003). *Sociologia da família*. Editorial Estampa. (Original publicado em 1998)
- SEDAS NUNES, A. (1970). Questões preliminares sobre as Ciências Sociais. *Análise Social*, 8(30/31), 201-298. <http://www.jstor.org/stable/41008374>
- SEGALEN, M. (1999). *Sociologia da família*. Terramar. (Original publicado em 1981)
- SILVA, A., Segurado, F., Oliveira, M.C., Costa, R. (2013). *O ensino superior em Évora: Memória e projecto (1957-1975)*. Edição de Autor.
- SMART, C. (2007). *Personal life: New directions in sociological thinking*. Polity Press.
- SMITH, D. E. (1993). The Standard North American Family: SNAF as an ideological code. *Journal of Family Issues*, 14(1), 50-65. <https://doi.org/10.1177/0192513X93014001005>
- TORRES, A. (2001). *Sociologia do casamento. A família e a questão feminina*. Celta Editora.
- TORRES, A. M. C. (2010). *Relatório da unidade curricular: Sociologia da família teorias e debates*. ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa. <https://www.analiatorres.com/pdf/agregacao/RelatoriodaUCSociologiadaFamiliaTeoriasedebates.pdf>

URRY, J. (2007). *Mobilities*. Polity Press.

WOODWARD, S. (2020). *Material methods: Researching and thinking with things*. Sage.